

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	25
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	27
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	29
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	30
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	31
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	100
Preferenciais	0
Total	100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	21.817	22.039
1.01	Ativo Circulante	1.653	1.503
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	168
1.01.02	Aplicações Financeiras	302	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	302	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	302	0
1.01.03	Contas a Receber	1.351	1.335
1.01.03.01	Clientes	323	307
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.028	1.028
1.02	Ativo Não Circulante	20.164	20.536
1.02.03	Imobilizado	20.164	20.536
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	20.164	20.536

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	21.817	22.039
2.01	Passivo Circulante	5.272	5.669
2.01.02	Fornecedores	178	177
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	178	177
2.01.03	Obrigações Fiscais	499	517
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	499	517
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12	31
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	487	486
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.595	4.975
2.01.04.02	Debêntures	4.595	4.975
2.02	Passivo Não Circulante	15.818	15.818
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.210	14.210
2.02.01.02	Debêntures	14.210	14.210
2.02.02	Outras Obrigações	1.608	1.608
2.02.02.02	Outros	1.608	1.608
2.02.02.02.03	Fornecedores	1.608	1.608
2.03	Patrimônio Líquido	727	552
2.03.01	Capital Social Realizado	1.100	1.100
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-373	-548

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	927	1.856	884	1.768
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-467	-922	-565	-962
3.03	Resultado Bruto	460	934	319	806
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-167	-357	-142	-319
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-167	-357	-142	-319
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	293	577	177	487
3.06	Resultado Financeiro	-220	-362	-89	-244
3.06.01	Receitas Financeiras	1	1	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-221	-363	-89	-244
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	73	215	88	243
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12	-40	-15	-57
3.08.01	Corrente	-12	-40	-15	-57
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	61	175	73	186
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	61	175	73	186
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,61	1,75	0,73	1,86

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	61	175	73	186
4.03	Resultado Abrangente do Período	61	175	73	186

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	574	761
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	909	801
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	175	186
6.01.01.02	Depreciações	372	372
6.01.01.03	Provisão p/ Remuneração de Debentures	362	243
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-335	-40
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	-16	-30
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais	-18	-10
6.01.02.05	Aumento (Redução) em Fornecedores	1	0
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Aplicações Financeiras	-302	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-742	-745
6.03.01	Pagamento de Remuneração das Debentures	-742	-745
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-168	16
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	168	169
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	185

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.100	0	0	-548	0	552
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.100	0	0	-548	0	552
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	175	0	175
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	175	0	175
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.100	0	0	-373	0	727

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.100	0	0	-979	0	121
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.100	0	0	-979	0	121
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	186	0	186
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	186	0	186
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.100	0	0	-793	0	307

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	1.936	1.844
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.936	1.844
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-401	-378
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-401	-378
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.535	1.466
7.04	Retenções	-372	-372
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-372	-372
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.163	1.094
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1	0
7.06.02	Receitas Financeiras	1	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.164	1.094
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.164	1.094
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	127	133
7.08.02.01	Federais	124	133
7.08.02.02	Estaduais	3	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	862	775
7.08.03.03	Outras	862	775
7.08.03.03.01	Remuneração Debenturistas	362	243
7.08.03.03.02	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos	500	532
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	175	186
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	175	186

Comentário do Desempenho

Produtores Energéticos de Manso S.A. – PROMAN CNPJ 02.291.077/0001-93

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Senhores Acionistas,

O Aproveitamento Múltiplo de Manso – APM Manso está localizado no Rio Manso, situado a cerca de 100 Km da cidade de Cuiabá-MT, e tem uma potência instalada de 210 MW, com quatro unidades geradoras de 52,5 MW, tendo uma energia assegurada de 92,0 MW. O seu reservatório atinge áreas nos municípios de Chapada dos Guimarães e Nova Brasilândia.

Idealizado com o objetivo de, num único empreendimento, buscar soluções para geração de energia elétrica e para a função social de combate às cheias do Rio Cuiabá, que traziam pesados ônus às comunidades ribeirinhas, o projeto já se mostrou eficaz no seu primeiro ano de operação através da contenção dos reflexos provocados pelos altos índices pluviométricos verificados na região. Agrega, também, funções relevantes de caráter comunitário, tais como diluição de efluentes, navegação, irrigação, piscicultura e melhorias das condições sócio-econômicas da região.

Contrato de Concessão

O contrato de concessão na forma compartilhada para geração de energia, firmado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e as empresas integrantes do Consórcio APM Manso, PROMAN e FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS, foi assinado em 10 de fevereiro de 2000 e vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir daquela data, podendo ser prorrogado pelo mesmo período desde que os concessionários assim o requeiram, pelo menos 36 meses antes do final desse prazo.

Licenciamento Ambiental

Encontra-se plenamente em vigor, tendo a ELETRONORTE, à época responsável pelo assunto, preparado e apresentado o EIA/RIMA exigido pela legislação ambiental e a licença de instalação renovada desde 01/10/98.

Contexto Econômico Financeiro

Principais itens financeiros comparados ao exercício anterior:

ITEM	30/06/2012	31/12/2011
Ativo Circulante	1.653	1.503
Ativo Não Circulante	20.164	20.536
Permanente Imobilizado	20.164	20.536
Ativo Total	21.817	22.039
Passivo Circulante	5.272	5.669
Passivo Não Circulante	15.818	15.818
Patrimônio Líquido	552	552

Comentário do Desempenho

Passivo Total	21.817	22.039
Receita Operacional Líquida	1.856	3669
Resultado Financeiro Líquido	(362)	(550)
Lucro Líquido após IR	175	431

Receita Operacional

A Receita Operacional da PROMAN é originada, exclusivamente, pela comercialização do montante energia elétrica garantida à empresa.

O montante de energia pertencente a PROMAN foi garantido através do Contrato de Concessão ANEEL nº 10/2000, celebrado entre o Poder Concedente, através da Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL e as empresas integrantes do Consórcio Manso (Proman e Furnas).

A condição de venda da totalidade da energia garantida a PROMAN foi definida pelo contrato de compra e venda de energia elétrica (CCVE) celebrado entre Proman (vendedora) e Furnas (compradora).

O volume e condições da venda estão descritas a seguir:

ENERGIA FIRME		
ANO	QUANTIDADE MW	TARIFA
	ANO	R\$/MW
2002	544.276,74	56,77
2003	544.276,74	73,16
2004	525.186,95	79,57
2005	434.510,44	89,23
2006	392.745,44	90,32
2007	30.469,75	93,75
2008	30.469,75	101,15
2009	30.469,75	110,35
2010	30.469,75	108,77
2011	30.469,75	121,06
2012	30.469,75	127,11
2013	30.469,75	
2014	30.469,75	
2015	30.469,75	
2016	30.469,75	
2017	30.469,75	
2018	30.469,75	
2019	30.469,75	
2020	30.469,75	
2021	30.469,75	
2022	30.469,75	

Comentário do Desempenho

2023	30.469,75
2024	30.469,75
2025	30.469,75
2026	30.469,75
2027	30.469,75
2028	30.469,75
2029	30.469,75
2030	30.469,75
2031	30.469,75
ATÉ	22.313,63
11/2032	
dez/32	8.156,12
2033	28.308,59
2034	28.308,59
fev/35	3.289,46

Como podemos verificar, no período de 2012 até 2031, o volume de energia assegurada a PROMAN será equivalente a 30.469,75 MW/ano.

A tarifa praticada para venda da energia à Furnas equivaleu, em 2011, a R\$121,06/MW.

Conforme estabelecido no contrato de compra e venda, essa tarifa será atualizada, anualmente, pela variação acumulada do IGP-di, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Para o exercício de 2012, a tarifa a ser praticada corresponde a R\$127,11/MW, pois a variação anual do IGPdi, utilizada como base de cálculo para a definição do preço da tarifa a ser praticada durante o exercício de 2012, foi equivalente a 5,00%.

Prejuízo Acumulado / Passivo Circulante e Não Circulante

A Proman é geradora de lucro operacional.

O único passivo oneroso da empresa corresponde a 10.000 debêntures que estão, atualmente, em circulação.

Essas debêntures são remuneradas através de participação no resultado operacional da Companhia, a razão de 75%.

No primeiro semestre de 2012, a empresa apresentou um resultado operacional equivalente a R\$ 57,6 mil. Foi distribuída aos debenturistas, remuneração equivalente a R\$ 362,4 mil.

Após o pagamento de remuneração a esses investidores e a provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social, a Proman auferiu um lucro líquido de R\$ 175,3 mil. Com esse resultado, a Proman tem um prejuízo acumulado de R\$ 548,0 mil que, após compensado pelo lucro do período passa para R\$ 372,7 mil.

Em relação ao item “debêntures”, classificado no Passivo circulante e no Não Circulante, esclarecemos que:

Comentário do Desempenho

De acordo com a escritura das debêntures toda a disponibilidade de caixa deve ser distribuída aos debenturistas, a título de remuneração e/ou amortização da conta passiva “debêntures”.

No ano de 2011, a disponibilidade de caixa foi superior à remuneração. Com isso, todo o saldo remanescente foi distribuído aos debenturistas a título de amortização da conta passiva “debêntures”, classificada no Passivo circulante.

Para o exercício de 2012, estimamos que ocorram reduções, tanto no prejuízo acumulado, quanto no passivo circulante, pois estamos projetando que, a exemplo do ocorrido em 2011, (i) a empresa gerará lucro e; (ii) a disponibilidade de caixa deverá se manter acima da distribuição de remuneração aos debenturistas e, por força de escritura, o saldo remanescente será utilizado no pagamento do Passivo circulante conta “debêntures” .

Atendimento aos dispositivos da Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003

A Companhia comunica que a **HORWATH, BENDORAYTES, AIZENMAN e Cia Auditores**, CNPJ sob o nº 42.170.852/0001-77, CÓDIGO CVM nº 315-8, empresa de auditoria independente, prestadora de serviços de auditoria externa desta empresa, não presta, até o momento, serviços adicionais à Proman.

Os serviços ora contratados com a citada auditoria são os, comumente, estabelecidos em contratos padrão de prestação de serviços de auditoria externa, celebrados entre entidade auditada e empresa de auditoria independente.

Compromisso da Administração

O atual Conselho de Administração tem seu mandato válido até abril de 2013 e a Diretoria Executiva até abril de 2014, e continuarão a envidar seus esforços, no sentido de cumprir, e fazer cumprir, todos os compromissos pactuados pela Companhia, no que se refere a sua responsabilidade como consorciada, perante a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Furnas Centrais Elétricas S/A, como parceira e cliente, e, principalmente, perante a sociedade.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2012.

PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO SA - PROMAN

Membros do Conselho de Administração

Thiago de Resende Andrade - Presidente do Conselho
Attílio Guaspari - Conselheiro
Roberto Mendonça Mansur - Conselheiro
Geraldo Henrique de Castro - Conselheiro
Milton Luis de Araujo Leobons - Conselheiro

Comentário do Desempenho

Membros da Diretoria

Attílio Guaspari – Diretor Presidente

Nanci Turíbio Guimarães – Diretora de Relações com os Investidores

Notas Explicativas

PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A. - PROMAN

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2012

(Em reais)

1 Contexto Operacional

Produtores Energéticos de Manso S.A. – PROMAN (a “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, foi constituída em 10 de dezembro de 1997, tendo como objeto a exploração, em consórcio firmado com as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, posteriormente transferido para Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), sob regime de concessão, do Aproveitamento Múltiplo de Manso - APM Manso (o “Empreendimento”), constituído basicamente pela Usina Hidroelétrica de Manso e suas quatro unidades geradoras. O referido consórcio foi firmado em 18 de dezembro de 1997, com a denominação de Consórcio APM Manso (o “Consórcio”), tendo como empresa líder Furnas, com o objetivo de concluir e manter a operação do Empreendimento e seu Sistema de Transmissão Associado. A participação da Companhia no montante dos investimentos para a conclusão do Empreendimento realizado pelo Consórcio foi de 33,33%, sendo que, a partir de 14 de novembro de 2000, mediante Terceiro Termo Aditivo ao contrato de constituição do Consórcio, a Companhia passou a arcar, na proporção de 30%, com os custos referentes às melhorias, à reposição de sobressalentes e à parcela contratada com terceiros dos serviços especiais e dos serviços de reparos nas estruturas civis. A participação da Companhia na energia assegurada a ser gerada pelo Empreendimento é de 30% (“cota-parte”).

A concessão para exploração do Empreendimento pelo Consórcio é regulada pelo Contrato de Concessão nº 010/2000, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 10 de fevereiro de 2000, sendo o prazo de vigência da referida concessão de 35 anos, contados a partir dessa data. O referido prazo poderá ser prorrogado, a critério da ANEEL, na forma da legislação em vigor, quando do término do Contrato de Concessão, mediante requerimento do Consórcio, desde que a exploração do Empreendimento esteja ocorrendo nas condições estabelecidas no referido Contrato de Concessão, na legislação do setor de energia elétrica e que atenda aos interesses dos consumidores.

O Empreendimento é operado e mantido por Furnas, e suas quatro unidades geradoras iniciaram suas operações durante os exercícios de 2000 e de 2001.

Em 9 de junho de 2000, a Companhia firmou com Furnas, tendo como interveniente-garantidora a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, Contrato de Compra e Venda de Energia (o “Contrato”) que regula todos os direitos e obrigações na venda às Furnas da cota-parte da energia assegurada à Companhia no Empreendimento, correspondente aos seguintes montantes:

Notas Explicativas

Ano	Energia assegurada em MWh/ano
2000	37.796,23
2001	695.267,38
2002 e 2003	544.276,74
2004	525.186,95
2005	434.510,44
2006	392.745,44
2007 a 2031	30.469,75
Até 11/2032	22.313,63
Dez/32	8.156,12
2033 e 2034	28.308,59
2035	3.289,46

Dessa forma, mediante o Contrato, a Companhia estará vendendo à Furnas, tendo esta se obrigado a comprar, no período de concessão, a totalidade da energia a que tem direito a Companhia, conforme mencionado anteriormente, ao preço unitário de R\$ 36,98/MW, base abril de 1997, corrigido pela variação do Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna – IGP-DI (“IGP-DI”). O preço unitário da energia faturada para o exercício de 2012 devidamente atualizado, é de R\$ 127,11/MW (tarifa de 2011: R\$ 121,06/MW). O estoque de MWh garantido a PROMAN (Contrato de Concessão) e comprometido à venda para FURNAS, durante o período compreendido entre 2012 a 2035, correspondem a 699.771,39 MW equivalente a R\$88.948 mil ao preço que está sendo faturada, no decorrer desse exercício.

Em 31 de dezembro de 2011 o prejuízo acumulado da Proman era de R\$ 548,0 mil, o patrimônio líquido é de R\$ 552,0 mil e o capital circulante líquido negativo é de R\$ 4.166,1 mil. Os resultados dos últimos anos possibilitaram a redução do prejuízo acumulado. A continuidade do desempenho positivo da Cia permitirá a eliminação do saldo remanescente do prejuízo acumulado e a redução da negatividade do Capital Circulante Líquido.

No encerramento do 2º trimestre de 2012, a empresa acumulou um Resultado positivo equivalente a R\$ 61 mil e um capital circulante líquido de R\$ 3.619, mil negativo, ou seja, podemos verificar que os índices apresentados demonstram que a empresa vem auferindo lucro, revertendo, paulatinamente os resultados apresentados nos últimos exercícios.

2 Apresentação das Demonstrações financeiras

2.1 Aspectos Gerais

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o BR GAAP e com o IFRS, uma vez que a companhia não possui investimentos em controladas e coligadas e a única diferença entre essas práticas é aplicável para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

A autorização para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu em 25 de julho de 2012.

2.2 Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e na preparação do balanço patrimonial apurado em 30 de junho de 2012 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC, exceto nos casos indicados em contrário.

(a) Apuração do Resultado

As receitas de vendas são apresentadas pelo valor bruto, ou seja, inclui os impostos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto e/ou serviços são transferidos ao comprador.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$). O real é a moeda funcional e a principal moeda do ambiente econômico em que a companhia opera.

(c) Caixa e Valores Equivalentes

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis; equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, essa definição também é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(d) Ativos financeiros

A companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A companhia não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, mensurados ao valor justo através do resultado e mantidos até o vencimento.

(e) *Impairment* de ativos financeiros

Notas Explicativas

A companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Como um expediente prático, a companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

(f) Clientes

Os recebíveis são decorrentes da venda de energia elétrica assegurada para Furnas, conforme estabelecido em contrato e termos aditivos.

(g) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(h) Imobilizado

Representado por ativos geradores de energia, provenientes dos investimentos iniciais da APM Manso, registrados ao valor de custos, acrescidos dos juros incorridos e demais encargos financeiros relacionados aos recursos obtidos de terceiros para a construção do Empreendimento, que foram ativados até as datas de início das operações de cada uma das quatro unidades geradoras do Empreendimento.

As taxas anuais de depreciação do ativo imobilizado são aquelas indicadas na Nota 5, e vêm sendo quantificadas proporcionalmente em relação à demanda assegurada de energia no decorrer de cada exercício, conforme mencionado na Nota 1, considerando o período de concessão e de início de operação de cada unidade geradora.

(i) Obrigações tributárias

Referem-se aos impostos e contribuições pertinentes aos preceitos legais, e relacionados às atividades operacionais; além disso, da obrigatoriedade da taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE/ANEEL, os valores estão registrados a valor presente.

Notas Explicativas

(j) Resultado por Ação

Calculado com base na quantidade de ações, excluídas aquelas mantidas em tesouraria, na data do encerramento dos balanços.

(k) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento de negócio.

(l) Uso das estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3 Instrumentos Financeiros por Categoria

	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Total
Aplicações Financeiras	-	302	302
Contas a receber de clientes	323	-	323
	323	302	625

	Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Total
Fornecedores	-	178	178
Debêntures	-	18.805	18.805
	-	18.983	18.983

4 Contas a Receber

Corresponde aos valores a receber de Furnas relativamente à energia assegurada do mês de junho de 2012, prevista no Contrato mencionado na Nota 1, no montante de R\$ 323, mil, recebido em julho de 2012.

Notas Explicativas**5 Imobilizado**

Descrição	Custo	Depreciação acumulada	30/06/2012	2011
Terrenos	3.488	-	3.488	3.488
Reservatórios e barragens	5.518	(4.537)	981	1.003
Edificações	11.435	(9.059)	2.376	2.360
Sistemas de processamento e dados	4	(4)	-	-
Máquinas e equipamentos	63.301	(52.396)	10.905	11.217
Efeitos financeiros e Energia Consumida	13.518	(11.104)	2.414	2.468
Total Imobilizado	97.264	(77.100)	20.164	20.536

As taxas de depreciação adotadas para a totalidade dos bens do ativo imobilizado tomam como premissa única e exclusiva, a proporcionalidade da energia assegurada em cada exercício em relação ao total de energia assegurada, conforme mencionado na Nota 1, que ocorrerá durante o período de concessão de 35 anos. O início da depreciação dos bens do ativo imobilizado ocorreu em quatro momentos distintos (novembro de 2000 e fevereiro, março e maio de 2001), demarcados pela entrada em operação das quatro unidades geradoras. Estão relacionadas a seguir as taxas de depreciação adotadas para cada exercício social.

Taxa de depreciação anuais

Ano	Anual (%)
2000 (*)	0,94
2001	17,27
2002 e 2003	13,52
2004	13,03
2005	10,78
2006	9,74
2007 a 2032	0,76
2033 e 2034	0,68
2035	0,08
Total	100,00

(*) Corresponde apenas ao mês de dezembro.

Ao término do período de concessão, ou do prazo de prorrogação que possa vir a ser concedido, conforme mencionado na Nota 1, a Companhia reverterá para a União Federal os bens correspondentes ao Empreendimento, se houver exigência desta, sendo indenizada em conformidade com as determinações contidas na legislação vigente, observando-se os valores e datas da incorporação desses bens à União Federal.

O imobilizado está registrado por valores não superiores ao seu respectivo valor de recuperação. Este último valor foi determinado com base no fluxo de recursos que será gerado por tais ativos e considera todos os eventos e circunstâncias esperadas no curso normal dos negócios.

Notas Explicativas

6 Debêntures

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos Acionistas, realizada em 19 de outubro de 2001, ratificada nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2001, foi aprovada a primeira emissão pública, com data-base de 19 de outubro de 2001, de debêntures nominativa em série única, conversíveis em ações preferenciais, pela Companhia, com interveniência de seus acionistas.

Essa emissão, cuja distribuição foi encerrada em 1º de novembro de 2002 foi composta por 10.000 debêntures, com preço unitário, na data de emissão, de R\$3.700,00.

O montante da emissão correspondeu a R\$37.000 mil e foi subdividido em: (i) valor nominal total de R\$19.600 mil e; (ii) prêmio de emissão total com valor de R\$17.400 mil.

Conforme escritura de emissão, o valor de emissão das debêntures foi atualizado, pro-rata-die, até a data da efetiva subscrição pela variação do IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

O prêmio de emissão foi contabilizado em conta de reserva de capital, nos termos do artigo 182 da Lei nº 6.404/76.

A reserva constituída com o referido prêmio foi integralmente utilizada para o resgate e posterior cancelamento de 1.000.000 de ações ordinárias, sem redução do capital social da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de novembro de 2002.

As debêntures passaram a ter participação de 100% dos resultados da Companhia, a partir de janeiro de 2002.

Em Assembleia de Debenturistas e da 7ª Reunião do Conselho de Administração, realizadas em 13 e 20 de junho de 2006, foi deliberado a alteração da forma de cálculo da remuneração, com a inserção do item 4.5.1.1 no Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão pública de debêntures conversíveis em ações, em série única.

“Fica estabelecido que, a partir do mês de junho de 2006, as Debêntures em circulação desta emissão, perceberão a título de remuneração mensal, rendimentos variáveis equivalentes a 10% de participação no Resultado Operacional Disponível – RODI, apurado pelo regime de competência.”

Na Assembleia de Debenturistas, realizada em 29 de abril de 2008 foi deliberado a alteração da forma de cálculo da remuneração, a partir deste mês os debenturistas receberão rendimentos variáveis a 50% (cinquenta por cento) no Resultado Operacional Disponível, apurado pelo regime de competência.

Na Assembleia de Debenturistas, realizada em 26 de abril de 2012 foi deliberado a alteração da forma de cálculo da remuneração, a partir deste mês os debenturistas receberão rendimentos variáveis a 75% (setenta e cinco por cento) no Resultado Operacional Disponível, apurado pelo regime de competência.

O prazo de vencimento das debêntures ocorrerá quando da dissolução ou liquidação da Companhia, exceto quando da ocorrência de eventos que ensejem o seu vencimento antecipado, conforme previsto no Instrumento Particular de Escritura da referida emissão.

Notas Explicativas

O saldo do valor nominal das debêntures foi classificado no passivo não circulante, e, no passivo circulante, encontra-se classificado o de dois valores, quais sejam: (i) valor da participação do mês de junho de 2012; e (ii) diferenças mensais apuradas entre as remunerações devidas aos debenturistas, calculadas mediante as condições estabelecidas no item 4.5 da escritura de primeira emissão de debêntures e a disponibilidade de caixa da Companhia.

A seguir, a movimentação das debêntures no trimestre findo em 30 de junho de 2012:

	30/06/2012	2011
Saldo Inicial	19.185	20.338
Participação nos Lucros	362	549
Amortizações da Participação	(742)	(1.702)
Saldo Final	18.805	19.185
Passivo Circulante	4.595	4.975
Passivo Não Circulante	14.210	14.210

De acordo com escritura das debêntures, as sobras de caixa devem ser utilizadas para amortizar, primeiramente, o passivo circulante e, após amortização total dessa conta, as sobras de caixa apuradas passam a ser utilizadas na amortização do valor nominal dos títulos.

Como podemos verificar durante o segundo trimestre de 2012, foram feitas amortizações parciais do passivo circulante.

7 Patrimônio líquido

(a) Capital social subscrito e integralizado

	Quantidade de Ações	
	2011	2010
Acionistas		
Bull Finance	28.500	28.500
Fapes	20.000	20.000
Fundação Real Grandeza	20.000	20.000
Aceprev	15.000	15.000
Geiprev	12.400	12.400
Investprev	4.100	4.100
Total	100.000	100.000

Todas as ações em que se divide o capital social da Companhia são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Apropriação do lucro

Notas Explicativas

De acordo com o estatuto social, os lucros líquidos auferidos em cada exercício, que a partir de 2002, passam a contemplar o reconhecimento da participação devida aos debenturistas, conforme mencionado na Nota 6, serão destinados, em ordem de preferência, a (i) dedução do prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda; e (ii) o saldo remanescente destinar-se-á: (ii.a) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% (vinte por cento) do capital social ou o limite previsto no §1º do artigo 193 da Lei 6.404/76; (ii.b) pagamento de dividendos obrigatórios a razão de 25% (vinte e cinco por cento) a todos os seus acionistas; e (ii.c) o saldo que houver, destinar-se-á a retenção de lucros na forma do artigo 196 da Lei 6.404/76.

8 Seguros

Os seguros de risco de engenharia e performance dos equipamentos, em vigor durante o período de construção, montagem e comissionamento, estavam vinculados aos contratos de construção e fornecimento, e portanto foram contratados pelas empresas encarregadas das obras civis e pela empresa fornecedora de equipamentos.

Conforme o terceiro termo aditivo ao contrato firmado com Furnas, durante o período de operação do Empreendimento, o seguro geral ficou a cargo e foi efetuado por essa empresa.

9 Instrumentos financeiros

Não é prática da Companhia, operar com os derivativos financeiros para evitar exposições de risco, pois conforme definido na escritura de emissão das debêntures em circulação, a disponibilidade de caixa é distribuída aos titulares das debêntures, ademais, a empresa não contraiu outros financiamentos que possam, eventualmente, proporcionar esse tipo de exposição para a Companhia.

10 Outras Informações

- A condição de venda da totalidade da energia garantida a PROMAN foi definida pelo contrato de compra e venda de energia elétrica – CCVE celebrado com FURNAS – compradora.
- A Companhia tem projetado um faturamento médio anual no valor presente de R\$3.600 mil, suficientes para o crescimento da apuração de resultados positivos, considerando que os investimentos na sua unidade geradora de negócios se encontra com 82,0% depreciados. Estima-se a absorção total do prejuízo acumulado nos próximos dois anos.

*

*

*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Attílio Guaspari – Conselheiro Titular

Roberto Mendonça Mansur – Conselheiro Titular

Notas Explicativas

Thiago de Resende Andrade – Conselheiro Titular
Geraldo Henrique de Castro – Conselheiro Titular
Milton Luis de Araújo Leobons – Conselheiro Titular

DIRETORIA

Attílio Guaspari Diretor – Presidente.
Nanci Turíbio Guimarães – Diretora de Relações com Investidores

CONTADOR RESPONSÁVEL

Nadia Iracema Duhau Bulhões Damaceno
TC-CRCRJ – 078747-9

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

Para uma melhor compreensão da COMPANHIA, explicaremos alguns aspectos referentes a sua 1ª emissão de debêntures e os reflexos dos seus resultados operacional e financeiro na estrutura de capital:

A 1ª emissão pública de debêntures, de participação nos lucros, conversíveis em ações preferenciais, da Proman, emitida em outubro de 2001, apresentava como característica a se destacar o seguinte:

1. REMUNERAÇÃO

Ficou estabelecido no item 4.5 da escritura de emissão que a totalidade do resultado operacional disponível apurado pela Cia, seria distribuído aos debenturistas, a título de remuneração.

No caso da Proman não dispor de recursos suficientes para o pagamento da remuneração, a parte da remuneração devida e não paga, seria levada ao “contas a pagar” (Passivo Circulante – Item debêntures).

Do período de dezembro de 2003 a maio de 2006, a Cia apresentou uma geração de caixa inferior à remuneração devida. Por consequência, a diferença da remuneração devida era classificada no Passivo Circulante, conforme estabelecido na escritura de emissão das debêntures.

Dessa forma, o passivo circulante da empresa chegou a acumular o equivalente a R\$14,7 MM.

Em junho de 2006, foi aprovado em AGDeb a alteração do cálculo da remuneração das debêntures.

Assim, a Proman passou a distribuir, a título de remuneração, o equivalente a 10% do resultado operacional disponível gerado.

Em 29/04/2008, foi aprovada, em Assembléia outra modificação na forma de cálculo da remuneração das debêntures, passando, então, a ser distribuído, a título de remuneração, o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do Resultado Operacional Disponível da Cia.

Em 26/04/2012, foi aprovada, em Assembleia outra modificação na forma de cálculo da remuneração das debêntures, passando, então, a ser distribuído, a título de remuneração, o equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do Resultado Operacional Disponível da Cia.

Conforme já estabelecido em escritura, sempre que a empresa apresentasse, após o pagamento da remuneração, saldo disponível de caixa, o mesmo seria utilizado, primeiramente, para pagar o passivo circulante – item debêntures e, após a quitação total dessa conta, o saldo seria utilizado para amortizações extraordinárias do valor nominal do ativo.

Dentro desse novo cenário o passivo circulante começou a ser pago.

Em 31 de dezembro de 2011, a conta debêntures, classificada no passivo circulante, apresentou um saldo de R\$4.975,3 mil.

Em 30 de junho de 2011 os resultados da empresa foram:

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Resultado Operacional Disponível: R\$ 577,6 mil

Remuneração das debêntures (apurada):
R\$362,4 mil

Caixa Gerado: R\$ 742,3 mil

Remuneração das debêntures (paga):
R\$314,6 mil

Amortização do Passivo Circulante – Conta Debêntures –R\$ 427,7 mil

Lucro Líquido
R\$ 175,3 mil

Com esse resultado, as principais variações verificadas nas contas Patrimoniais da Proman foram:

Item	30/06/2012 – R\$ mil	31/12/2011 – R\$ mil
Passivo Circulante -Debêntures	4.595,4	4.975,3
Prejuízo Acumulado	-548,0	-548,0
Lucro Acumulado (1º tri/2012)	175,3	0
Patrimônio Líquido	372,7	532,0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A.

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR
30 DE JUNHO DE 2012

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Produtos Energéticos de Manso S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Produtos Energéticos de Manso S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao semestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

08 de agosto de 2012.

HORWATH BENDORAYTES AIZENMAN & CIA.
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8

GEYSA BENDORAYTES E SILVA
Contadora
CRC RJ 091330/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL OU ÓRGÃO EQUIVALENTE.

Até a presente data, não foi instalado um Conselho Fiscal na Companhia.
Não existem, também, a formação de órgãos e/ou Comitês com atribuições equivalentes.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2012.

Atílio Guaspari
Diretor Presidente

Nanci Turibio Guimarães
Diretora de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e a Diretora de Relações com Investidores da Produtores Energéticos de Manso S.A.- PROMAN ("PROMAN"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Américas nº 19.019 / sala 318, inscrita no CNPJ sob nº02.291.077/0001-93, para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 ("INSTRUÇÃO"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da PROMAN relativas trimestre findo em 30 de junho de 2012.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2012

Atílio Guaspari
Diretor Presidente

Nanci Turíbio Guimarães
Diretora de Relações com os Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e a Diretora de Relações com Investidores da Produtores Energéticos de Manso S.A.- PROMAN ("PROMAN"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Américas nº 19.019 / sala 318, inscrita no CNPJ sob nº02.291.077/0001-93, para fins do disposto nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 ("INSTRUÇÃO"), declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório de Revisão Especial emitido pela HORWATH, BENDORAYTES, AIZENMAN e Cia Auditores, relativamente as demonstrações financeiras da PROMAN referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2012.

Atílio Guaspari
Diretor Presidente

Nanci Turibio Guimarães
Diretora de Relações com os Investidores